



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária do terceiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte de agosto de dois mil e dezenove, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador José Muniz para proferir o seguinte texto: Primeira Carta aos Coríntios – Capítulo 4, versículos de 1 a 5: “Que cada qual nos considere, pois, como ministros de Cristo e administradores dos mistérios de Deus. Ora, o que se exige dos administradores é que sejam fiéis. Quanto a mim, porém, pouco me importa ser julgado por vós ou por um tribunal humano. Aliás, eu nem sequer julgo a mim mesmo. Verdade é que minha consciência não me acusa de nada, mas nem por isso me considero justificado; quem me julga é o Senhor. Portanto, vós também, não julgueis nada antes da hora, até que venha o Senhor; é Ele que revelará os segredos das trevas e manifestará as intenções dos corações. E então cada um receberá de Deus o louvor que merecer.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Ainda estavam ausentes na Sessão as Vereadoras Inalda Lúcio de Barros Santana e Taís Camellini Esteves. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foram colocadas em votação as Atas da Sessão Ordinária anterior, e da Décima Primeira Sessão Extraordinária, realizada em treze de agosto de dois mil e dezenove, as quais foram aprovadas, uma a uma, por unanimidade de votos pelo Plenário e assinadas pela Mesa. No decorrer da votação das Atas o Sr. Presidente registrou a presença da Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana. A seguir, o Sr. Presidente deu início à Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. Ângelo Roberto Torres pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos, das



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 0113/2019 encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que substitui os Anexos I e II, da Lei Complementar Municipal nº 209/2012 (Regime Jurídico Único Estatutário); 2. Ofício DER nº 0114/2019 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projeto no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 (Lei Municipal 2.463/2017); 3. Ofício DER nº 0115/2019 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projeto nas Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 (Lei Municipal 2.515/2018); 4. Ofício DER nº 0116/2019 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projeto no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2019 (Lei Municipal 2.562/2018); 5. Ofício DER nº 0117/2019 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito especial, depois de lidos, foram os projetos encaminhados para as Comissões para parecer; 6. Ofício SEGOV nº 0641/2019 dando resposta ao Requerimento nº 098/2019, do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando novas informações referentes ao Requerimento nº 065/2019, de sua autoria, que solicita informações com relatório de todas as promessas de campanha e plano de governo feito pelo Senhor Prefeito, os que já foram cumpridos no ano de 2017 até a presente data, entre outras questões; 7. Ofício SEGOV nº 0644/2019 acusando o recebimento das Indicações nºs 154 e 167/19 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 155, 156 e 157/19 do Sr. Afonso Lopes da Silva; 158/19 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco; 159, 160, 161 e 168/19 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 162, 163 e 165/19 da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana; 164 e 166/19 do Sr. José Muniz; 8. Ofício SEGOV nº 0645/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 122/2019, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, solicitando à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - E.M.T.U., para que a tarifa cobrada dos usuários deste Município, moradores da região do Condomínio Ana Helena, Loteamento Reserva da Barra e Condomínio Lago da Barra, seja tão somente o valor de R\$ 2,50 e não o valor de R\$ 4,90 que se refere ao ônibus da linha Jaguariúna - Santo Antonio de Posse. Com cópia para o Executivo Municipal e a Empresa Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda; 9. Ofício SEGOV nº 0646/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 123/2019, do Sr. David Hilário Neto, solicitando informações sobre quando serão feitos os serviços/reformas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

na Escola Municipal Prof^a Maria Tereza Piva, no Br. Nova Jaguariúna; 10. Ofício SEGOV nº 0647/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 124/2019, do Sr. Luiz Carlos de Campos, solicitando informações sobre a fiscalização no sentido de coibir o uso de cerol nas linhas de empinar pipas, e quantas pessoas foram fiscalizadas em 2018 e 2019; 11. Ofício SEGOV nº 0648/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 125/2019, do Sr. Luiz Carlos de Campos, solicitando informações sobre quando será colocada a iluminação pública na Avenida Pacífico Moneda, no trecho entre a rotatória da Avenida Rinaldi, próximo ao Condomínio Quinta das Pitangueiras, até a Rodovia SP-340; 12. Ofício SEGOV nº 0649/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 127/2019, do Sr. Afonso Lopes da Silva, solicitando informações sobre se ainda no decorrer deste ano de 2019, as providências para melhorias no cruzamento da Avenida Antonio Pinto Catão com a Rua Eduardo Tozzi, no Jardim Planalto serão definitivamente executadas; 13. Ofício SEGOV nº 0650/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 129/2019, do Sr. David Hilário Neto, solicitando informações sobre qual a previsão de asfaltamento das ruas que pertencem aos bairros Chácaras Santo Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta; 14. Ofício SEGOV nº 0651/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 130/2019, do Sr. David Hilário Neto, solicitando informações do motivo pelo qual a clínica de hemodiálise, prometida durante campanha pela atual Gestão, não está sendo construída; 15. Ofício SEGOV nº 0656/2019 dando resposta ao Requerimento nº 118/2019, do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações sobre a feitura da passarela defronte a CEI Dona IK, na Rua Gáspere, 567, Jd. São Sebastião, que e conforme especifica, dentre outras questões. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Requerimentos: 1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva solicitando à Renovias Concessionárias S.A. a construção de um ponto de ônibus na alça de acesso ao Condomínio Alphaville (retorno) para que os veículos que fazem a linha Jaguariúna/Campinas possam deixar seus passageiros naquela localidade com segurança (com cópia para a EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos); 2. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva solicitando à EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos que possa mudar as paradas de ônibus que fazem a linha Jaguariúna/Campinas, do Km 117 para a alça de acesso ao retorno, próxima ao Condomínio Alphaville (com cópia para a Renovias Concessionária S.A.); 3. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal, informações sobre a construção da rampa nas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

proximidades da base do Corpo de Bombeiros Municipal/Guarda Municipal para acesso direto à rua Cel. Amâncio Bueno; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando será implantada a Rede de Esgoto nos Bairros Bom Jardim, Santo Antonio do Jardim e Floresta; 5. Do Sr. Romilson Nascimento Silva - PV solicitando ao Executivo Municipal informações detalhadas a respeito da transparência, desde custo financeiro aos cofres públicos, até total de pacientes atendidos, com o procedimento adotado pela atual gestão, no tema “Megamutirão de Atendimento Médico”; 6. Do Sr. Romilson Nascimento Silva - PV solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando começará a funcionar o aparelho de Raio X na UPA (Unidade de Pronto Atendimento). O Sr. Presidente registrou a presença da Vereadora Tais Camellini Esteves. Indicações: 1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva solicitando ao Executivo Municipal feitura de sinalização de solo de embarque e desembarque na Rua Coronel Amâncio Bueno, 274, Centro, em frente da loja Boutique das Flores; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal a criação de Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 134/2007 que institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 3. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal a instalação de aparelhos de praticar exercícios físicos no Parque dos Lagos; 4. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal trazer para o Município a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; 5. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal desassoreamento do lago do Parque dos Lagos; 6. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal feitura de faixa de pedestres na Avenida dos Ipês, defronte ao ponto de ônibus em frente ao Condomínio Estância das Flores, no Bairro Cruzeiro do Sul; 7. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal colocação de placa indicativa de lombada ou de depressão, próximo ao Pesqueiro do Lago, na Estrada Carlos Gomes; 8. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal poda das árvores e conservação na Rua Lanzoni, Bairro João Aldo Nassif. Moções: 1. Dos Srs. David Hilário Neto e Ângelo Roberto Torres de Congratulações e Louvor ao instrutor Policial Militar Tiago Almeida, que há 05 anos comanda o Programa PROERD nas Escolas; 2. Do Sr. Luiz Carlos de Campos de Pesar pelo passamento do Sr. Elias Eugênio, ocorrido em 15 de agosto de 2019, aos 79 anos; 3. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, de Congratulações e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Louvor à Prefeitura Municipal de Jaguariúna, à Secretaria Municipal de Educação, por trazer o Projeto Período Integral, na Escola EMEI Tanquinho, que foi inaugurado dia 05 de agosto corrente; 4. Do Sr. José Muniz de Congratulações e Louvor à Secretaria de Turismo e Cultura pela realização do evento e também a Polícia Municipal, Polícia Militar, Secretaria de Mobilidade Urbana, Secretaria de Comunicação, aos Padres José Siqueira e Carlos de Oliveira e ao idealizador do evento, Ângelo Roberto Torres, pela 23ª Festa dos Caminhoneiros, realizada no dia 18 de agosto corrente; 5. Do Sr. David Hilário Neto de Congratulações e Louvor ao professor e policial militar Carlos Alexandre Iope, que através do CTI - Centro de Treinamento Iope, vem levando o nome de Jaguariúna de maneira positiva para os quatro cantos do país, através do esporte; a seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Ofício PRE-620/19 – do Presidente desta Casa de Leis, dando resposta ao Requerimento nº 105/19 do Sr. José Muniz solicitando ao Presidente da Câmara Municipal informações se há a possibilidade de contratação de intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRA, para a interpretação durante as sessões e reuniões da Câmara Municipal; 2. Comunicado do Fundo Nacional de Saúde (via fns.saude.gov.br), comunicando liberação de recursos para o Município de Jaguariúna, no mês de junho de 2019, no valor de R\$ 623.925,98; 3. Comunicado do Fundo Nacional de Saúde (via fns.saude.gov.br), comunicando liberação de recursos para o Município de Jaguariúna, no mês de julho de 2019, no valor de R\$ 1.320.499,83; 4. Processo nº 007/2019 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo à Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna de abril/2019; 5. Processo nº 008/2019 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo à Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna de abril/2019; 6. Processo nº 009/2019 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo a Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna de maio/2019; 7. Processo nº 010/2019 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo a Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna de maio/2019; 8. Processo nº 011/2019 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo a Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna de junho/2019; 9. Processo nº 012/2019 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mensal relativo a Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna de junho/2019; 10. Ofício nº 000024/2019, do Sr. Antonio Marcos da Silva Alves, Vice Reitor Executivo - Diretor de Campus - Engenheiro Coelho convidando os Senhores Vereadores para participarem da visita do Excelentíssimo Senhor Vice Presidente da República do Brasil, General Hamilton Mourão, dia 21 de agosto corrente, na Igreja do Campus do Centro Universitário Adventista de São Paulo, na Cidade de Engenheiro Coelho; 11. Ofício SETUC 403/2019 da Sra. Secretária Municipal de Turismo e Cultura, agradecendo a Moção nº 068/2019 dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e David Hilário Neto, de congratulações e Louvor à Secretaria de Turismo e Cultura, pela realização da 3ª Edição da Passeata Cultural - Marcha para Jesus e o Projeto ARCA, como Comissão Organizadora do Evento; 12. Convite da Sra. Secretária Municipal de Turismo e Cultura, para o 1º Forum de Cultura da Escola das Artes de Jaguariúna, que acontecerá nos dias 21, 22 e 23 de agosto, às 14h00 e às 19h, no Teatro Municipal. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva solicitando à Renovias Concessionárias S.A. a construção de um ponto de ônibus na alça de acesso ao Condomínio Alphaville (retorno) para que os veículos que fazem a linha Jaguariúna/Campinas possam deixar seus passageiros naquela localidade com segurança (com cópia para a EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva solicitando à EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos que possa mudar as paradas de ônibus que fazem a linha Jaguariúna/Campinas, do Km 117 para a alça de acesso ao retorno, próxima ao Condomínio Alphaville (com cópia para a Renovias Concessionária S.A.), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; pela ordem, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo pediu a palavra e apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação do restante das proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposições; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 3. Requerimento da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal, informações sobre a construção da rampa nas proximidades da base do Corpo de Bombeiros Municipal/Guarda Municipal para acesso direto à rua Cel. Amâncio, Bueno, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando será implantada a Rede de Esgoto nos Bairros Bom Jardim, Santo Antonio do Jardim e Floresta, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva - PV solicitando ao Executivo Municipal informações detalhadas a respeito da transparência, desde custo financeiro aos cofres públicos, até total de pacientes atendidos, com o procedimento adotado pela atual gestão, no tema “Megamutirão de Atendimento Médico” , em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva - PV solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando começará a funcionar o aparelho de Raio X na UPA (Unidade de Pronto Atendimento) , em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Moção dos Srs. David Hilário Neto e Ângelo Roberto Torres de Congratulações e Louvor ao instrutor Policial Militar Tiago Almeida, que há 05 anos comanda o Programa PROERD nas Escolas, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção do Sr. Luiz Carlos de Campos de Pesar pelo passamento do Sr. Elias Eugênio, ocorrido em 15 de agosto de 2019, aos 79 anos, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 9. Moção do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, de Congratulações e Louvor à Prefeitura Municipal de Jaguariúna, à Secretaria Municipal de Educação, por trazer o Projeto Período Integral, na Escola EMEI Tanquinho, que foi inaugurado dia 05 de agosto corrente, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 10. Moção do Sr. José Muniz de Congratulações e Louvor à Secretaria de Turismo e Cultura pela realização do evento e também a Polícia Municipal, Polícia Militar, Secretaria de Mobilidade Urbana, Secretaria de Comunicação, aos Padres José Siqueira e Carlos de Oliveira e ao idealizador do evento, Ângelo Roberto Torres, pela 23ª Festa dos Caminhoneiros, realizada no dia 18 de agosto corrente, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção do Sr. David Hilário Neto de Congratulações e Louvor ao professor e policial militar Carlos Alexandre Iope, que através do CTI - Centro de Treinamento Iope, vem levando o nome de Jaguariúna de maneira positiva para os quatro cantos do país, através do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

esporte, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, por sete minutos e dezenove segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, usariam a palavra os senhores David Hilário Neto e Inalda Lúcio de Barros Santana que a passaram; tomou a palavra o Sr. José Muniz que cumprimentou a todos, dizendo que, primeiramente, ele queria usar a fala dele para falar da poda da árvore da rua Lanzoni ao lado do Parque Serra Dourada, pois estava impossível estacionar os carros lá, principalmente, em frente à Escola; se passasse dois veículos não tinha como passar porque as árvores estavam tomando, praticamente, metade das ruas, então, ele entrou com um requerimento naquela sessão; disse, ainda, que recebeu um vídeo e parabenizou o Vereador Silva cobrando a EMTU, onde o ônibus estava parando bem longe do Alphaville, então, ele também já iria estar cobrando lá; parabenizou o Vereador pelo trabalho dele com a Metrópolis e que eles pudessem tomar as providências e estar atendendo o pedido do ponto de ônibus para facilitar para as pessoas que iam para Campinas; terceiro, parabenizou o Vereador Neguita Torres pela Festa dos Caminhoneiros, ele sabia da luta que foi, a batalha que foi diária em estar realizando a festa para os Caminhoneiros, uma profissão tão sofrida, aguerrida, eles que eram caminhoneiros sabiam que não era fácil, tinha uma vez por ano, foi um sucesso total, parabenizou, ele viu o esforço até o último minuto, sabiam que a luta era grande mas, aquela profissão se não fosse por amor não ia, sabiam da importância que tinham os caminhoneiros; mais um vez parabenizou e disse que o Neguita era merecedor de tudo aquilo, um sucesso total, na última hora teve que mudar o local, então, ele não desistiu, parabenizou mais uma vez o Vereador querido e merecedor daquela moção; desejou boa noite a todos; a seguir, usariam a palavra os senhores Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva que a passaram; tomou a palavra a Sra. Taís Camellini Esteves que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria de fazer dois requerimentos verbais naquela noite; as pessoas vieram procurar por ela, já disse na semana passada sobre o neurologista, e que gostaria de falar sobre o psicólogo da Rede Municipal de Ensino, naquele dia, uma mãe veio até ela preocupada com o filho dizendo que só tinha um psicólogo na Rede Municipal de Ensino, então, ela gostaria de fazer um requerimento verbal ao Executivo para contratação de mais psicólogos para a Rede Municipal de Ensino e o outro era sobre neurologista, desde outubro, tinham pessoas que precisavam passar urgente com neurologista e não



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tinha, então, que ficasse o requerimento verbal para contratação de mais neurologista para o Hospital; agradeceu e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que, na verdade, o Vereador José Muniz já tinha colocado na falação dele a questão da Metrópolis, como todo mundo sabia iam vários trabalhadores de Jaguariúna trabalhar em Campinas e muitos desciam na Rodovia SP-340, teve uma alteração lá que ele até pediu explicação, pessoalmente, à Metrópolis e tinha ficado claro que aquilo havia partido da Renovias; no Condomínio Alphaville tinham muitas pessoas que trabalhavam lá e desciam, atravessavam por baixo da ponte, por baixo da Rodovia e o ônibus estava parando bem antes daquele trevinho, eles conheciam, estavam parando bem antes, tinha que andar, mais ou menos, oitocentos metros até chegar à ponte e passar por baixo e, depois, andar mais um tanto para chegar no Condomínio; daí ele pediu explicação para a Metrópolis e ela falou, como ele já havia dito, que era uma iniciativa da Renovias, por quê? Porque ali como tinha um cruzamento de carros, cruzamento não, uma entrada de carros entrando à direita, o ônibus parava, mais ou menos, naquelas imediações e aquilo trazia várias inseguranças para os motoristas, por isso tinha mudado o ponto e, infelizmente, criou aquele problema para os trabalhadores, para as pessoas, como havia falado, que trabalhavam no Alphaville, então, estava pedindo providência no sentido de voltar o que era antes; ele achava que as pessoas que dependiam do transporte para trabalhar mereciam respeito; então, ele fez aqueles dois requerimentos, basicamente, com o mesmo conteúdo, um dirigido à EMTU e outra dirigida a Renovias; então, ele agradeceu o apoio dos nobres Colegas pelo requerimento porque era uma questão justa e até de dignidade para as pessoas que trabalhavam naquele local e ele esperava contar com a compreensão, tanto da EMTU quanto da Renovias para que resolvessem aquele problema e que iria aguardar a resposta deles, conforme fosse teria que mobilizar as pessoas que estavam, que trabalhavam lá, os trabalhadores para que conseguissem resolver aquela questão que parecia simples, mas não era, era uma questão de segurança e, também, uma questão de mobilidade; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria só de alertar os Vereadores que tiveram a oportunidade de receber e ver na pauta da sessão, naquele dia, onde foram encaminhados os Balanços da Prefeitura Municipal dos últimos seis meses, se não estivesse enganado, estavam, até então, sem saber como estava o Orçamento do Município e ele teve a oportunidade de pedir o último e foi observado que a Peça Orçamentária,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o Orçamento do ano que estava estimado em quatrocentos e quarenta milhões, ou seja, passaram seis meses, aquele era o Balanço que estava com ele, e acreditavam que, pelo Orçamento foi arrecadado quase que a metade daquilo que foi previsto, então, se alguém tendia a falar que não estavam, a arrecadação tinha caído ou estava caindo, não era verdade, porque o Orçamento estava nas mãos dele naquele momento e poderiam muito bem tirar as dúvidas através de um instrumento que foi encaminhado pelo Poder Público, disse ainda que, gostaria de aproveitar a oportunidade e que tinha um assunto bastante polêmico na Ordem do Dia que era a discussão, em segunda votação, de um projeto de lei encaminhado pelo Executivo a respeito da matéria que diminuía o pagamento por parte do Município dos pequenos valores, dos precatórios e tudo mais; ele percebeu e foi procurado por diversas pessoas, inclusive, muitos estavam lá naquele momento e seria interessante, nos quinze minutos, e até iria pedir ao Presidente na hora em que a sessão fosse suspensa, ele sabia que tinha representantes dos advogados que gostariam de falar com eles também, se pudesse abrir o espaços para eles falarem ou explanarem as opiniões deles com relação àquilo, ele achava bom para os Vereadores terem a opinião, realmente, formalizada sobre aquele processo; ele sabia, também, que existia a possibilidade de discutir aquilo até propôs aquilo durante o dia de tentar discutir aquilo mais para frente para poder ter mais esclarecimento sobre a matéria para não tomarem, ter uma votação equivocada; disse que ele acreditava que o nobre Vereador David talvez iria propor alguma coisa, confirmando com o David, ele não sabia, então, ele esperava que pudessem discutir aquele projeto e que pudessem serem todos ouvidos naquele momento, agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que a passou; tomou a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que cumprimentou a todos, dizendo sobre a questão que o Vereador Alfredo colocou, ela só queria falar rapidamente e, se possível, inclusive, fazer aquela discussão depois, pois achava que era sempre enriquecedor mas, conversando com membros da Prefeitura, o que receberam de informação da Prefeitura era o seguinte; a Prefeitura devia e não negava e ela sabia que tinha a obrigação de pagar e sabia que os funcionários, credores da Prefeitura tinham todo o direito de receber mas, viram a forma melhor de fazer aquilo para a Prefeitura por conta de estar, realmente, numa situação muito difícil de endividamento como aliás, foi no dia anterior divulgado na Imprensa, onde noventa e sete por cento das cidades do Estado de São Paulo estavam com dificuldades, apenas três por cento estavam livre daquilo e Jaguariúna não estava entre elas e tinha que dar aquela satisfação para o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Tribunal de Contas então, se recebesse uma quantidade muito grande de precatórios, de credores para quitar até o final do ano teriam dificuldade, então, a alternativa que a Prefeitura achou foi de baixar o limite perto de cinco mil e oitocentos, no sentido de atender porque a maioria dos processos eram até aquele valor, então, conseguiriam atender aquele pessoal que tinha até aquele valor até esse ano e os demais, segundo a Prefeitura, sem nenhum prejuízo e com planejamento no próximo Orçamento seriam atendidos no próximo ano, confirmou com o Vereador David, aquela era a questão que a Prefeitura colocou daí com planejamento sem sufocar esse ano que, realmente, seria muito difícil; outra coisa que queria fazer, a Vereadora Tais estava lá dentro mas, ela queria fazer um elogio à Vereadora e aos Vereadores que como a Vereadora Tais andavam pela rua e, realmente, pegavam as reivindicações dos moradores, a questão de psicólogo, neurologista que foi colocado, realmente, eram questões que a população precisava e precisava ter canal para falar no momento em que encontrava com um Vereador e podia falar e daí, até pegando a mesma prática onde ela via que era a prática de todos os Vereadores lá, ela também fez o pedido para a Prefeitura de ver da possibilidade de fazer a rampa lá em baixo que daria na Coronel Amâncio Bueno, a rampa de acesso que facilitaria muito a vida das pessoas, poderiam até falar que aquilo era muito íngreme, talvez não desse para fazer, o que ela estava pedindo era que a Prefeitura fizesse um estudo, visse a possibilidade; desejou boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, dizendo que, na noite anterior, na rede social, houve um clamor bem grande, o nome dele foi citado para acolhimento de uma família no bairro Bom Jardim, de uma família que estava morando na beira do rio, numa casa de madeira; naquele dia foi até lá e que tinha acontecido uma coisa bem importante, bem legal, porque ele já estava desistindo de procurar aquela família no meio do mato, quase que ele caiu no rio, daí estava indo embora, porque achou que o motorista da Câmara estava ansioso para ir embora porque não achava, na hora em que entrou no carro dizendo que iria embora, o motorista disse a ele para que procurassem mais um pouco, e voltaram e foram até o mercado, no final do Bom Jardim, onde uma senhora andou quase quatrocentos metros para mostrar onde estava a família; chegando lá, graças a Deus, o casal que estava morando próximo ao rio, numa casa de madeira, estava acolhido com os pais, estavam sendo acompanhados pelo CREAS do Município, a criança menor já estava na creche, começou no dia anterior, os filhos maiores estavam indo à escola, com frequência, o pai da família estava morando em doze numa casa bem pequena,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o pai iria começar a trabalhar no dia seguinte, o rapaz que estava na casa de madeira também começou a trabalhar naquele dia, se encontravam com alimentos mas, necessitavam de bastante ajuda, bastante apoio, era uma família que veio de Campinas e se instalou lá e que estava em reconstrução, então, foram até lá e fizeram o acompanhamento durante a semana e voltariam lá; outra coisa que gostaria de dizer era que na quinta-feira, ele esperava que o Valdir Parisi conseguisse colocá-lo de frente do Governador Dória, onde ele tentaria, até que enfim, entregar o abaixo-assinado da fila da Regulação, porque o Governador Paulista tinha que investir na Saúde, dar dignidade para o povo mais pobre; o povo não podia esperar o tempo que estavam aguardando por uma cirurgia, por tratamento nos hospitais da região, a classe mais pobre tinha que ter dignidade, o Governador tinha que entender aquilo e ele esperava que, com aquela pequena ação que ele não sabia se iria refletir alguma coisa com mil assinaturas que ele estava levando lá mas, a parte dele estava fazendo e que o Governador fizesse a dele; agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que a passou. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2019, do Sr. José Muniz, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Senhor Edemir Bonfim de Vasconcelos (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão e em Votação Secreta: primeiramente, foi feita a chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida, foi feita a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou as Vereadoras Inalda Lúcio de Barros Santana e Taís Camellini Esteves para auxiliarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: treze votos favoráveis. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2019, do Sr. José Muniz, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Senhor Edemir Bonfim de Vasconcelos, foi aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 055/2019, do Executivo Municipal, que dá nova redação ao caput, do art. 1º da Lei Municipal nº 1.482/2003, que define os procedimentos para pagamento de obrigações de pequeno valor, previstas no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.). Pela ordem, foi apresentado dos Srs. David Hilário Neto, Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos e Taís Camellini Esteves requerimento, com fundamento no art. 229 e seu parágrafo único do Regimento Interno, solicitando vistas por uma sessão ordinária do projeto de lei nº 055/2019, do Executivo Municipal; o Sr. Presidente suspendeu a sessão para o recebimento e logo em seguida reabriu a mesma determinando a leitura do referido requerimento; a seguir, em discussão o requerimento solicitando vistas do projeto: pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que eles tinham tido uma breve conversa ali no intervalo dos quinze minutos, até para esclarecer alguns pontos, e que queria agradecer aos doutores presentes que puderam embasar para eles ainda mais do que estava sendo discutido e votado ali naquele dia e que era de grande importância aquelas vistas porque não estava tendo, principalmente a bancada deles do PTB, não estava relutante e contrário a isso e, sim, alguns valores e alguns aspectos que estavam sendo colocados naquele projeto; disse que eles estavam pedindo vistas para conseguir adiar para mais uma sessão e ter a Casa um pouco mais aberta para o Sindicato, para os advogados, até para o servidor público que era o mais lesado naquela legislação, para poder discutir um pouco mais, e que gostaria de pedir o voto da bancada do PTB e o voto de todos os nobres Colegas para aquele pedido que não estava indo contra ao projeto e sim àquele espaço para eles conseguirem



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

adequar o que fosse necessário; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que também queria solicitar aos nobres Pares o apoio ao pedido de vistas àquele projeto de lei, e disse que como eles ouviram ali, na reunião deles juntamente com os representantes do Sindicato, dos advogados, era unânime, também, da parte deles, que aquele valor poderia ser reduzido, o que faltava era eles chegarem naquele meio termo onde iria agradar tanto à Administração, quanto às pessoas que eram mais envolvidas com relação aos processos; disse que achava que não custava nada ter esse período para analisar para um possível projeto retornar a Casa e que achava que era o mínimo que cabia da parte deles, disse aos Vereadores, àquele projeto, principalmente, em resposta aos servidores públicos que eram os mais afetados em virtude dessa diminuição no valor dos pequenos valores que tinham que ser repassado a eles; pediu aos nobres Pares que, pelo menos, eles conseguissem adiar, conseguissem sensibilizar a Administração Pública e que chegassem num valor que fosse consenso, tanto para a Casa quanto para os servidores e para a Administração Pública, também; pediu o apoio ao pedido de vistas e agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que gostaria de estar acrescentando que eles não estavam pedindo para ninguém votar contrário ao projeto, e que eles estavam pedindo umas vistas, como o Fred falou, depois poderia estar sendo acordado um valor que agradasse ambas as partes, e que achava que seria mais interessante, e que era isso que eles estavam pedindo, o voto favorável, só no pedido de vistas e depois, analisando melhor, os nobres Vereadores poderiam estar decidindo em relação ao mérito do projeto; agradeceu; pela ordem, o Sr. Presidente disse que o requerimento apresentado estava respaldado numa fragilidade do Regimento e que até os senhores membros da Comissão de Revisão do Regimento levassem em consideração isso quando chegassem naqueles tópicos que ali estavam; disse que o que estava sendo discutido naquela hora, e para que todo mundo entendesse e não ficasse algo no ar, de uma maneira que eles, ali, o Parlamento, entendiam o que estava no Regimento, e o que não estava era bom entender e ele iria tentar explicar; disse que o Regimento permitia vistas num projeto e, em segunda discussão, houve até uma divergência ali na parte Administrativa, se era cabido ou não, e pelo silêncio do Regimento entendia, sim, que era cabido, por isso que ele acolhia o requerimento dos Senhores Vereadores; mas o que podia acontecer em segunda discussão? Podia emendar aquele projeto? Não. Não cabia emenda naquele projeto; disse que aquele projeto para ser alterado no seu



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

conteúdo e ali pelo que ele via a discussão era exatamente o valor, ele tinha que ser retirado da Casa, e a retirada daquele projeto só podia acontecer pelo Executivo e não pelo Legislativo, e que era importante entender todo o processo; disse que outra coisa importante que também estava em discussão naquele momento; no pedido de vistas em segunda discussão, ele dizia respeito à discussão do voto, porque como ele tinha falado, não cabia emenda, então, os senhores Vereadores que iriam votar o requerimento muito em breve, podiam pensar até a próxima, pulando uma sessão ordinária, até a próxima sessão que iria estar autorizado a fazer a votação daquele projeto, se era a favor ou era contra, e que ele queria deixar isso bem claro a todos, porque quando o projeto chegava na fase que eles estavam, ele só podia ser favorável ou contrário, não tinha outra explicação, não dava para fazer nenhuma emenda, não dava para mexer mais no projeto, e que ele queria explicar bem para depois não haver nenhum tipo de dúvida na hora de votar o requerimento em espécie; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que o pedido de vistas, eles até pensaram nessa parte, e supondo que houvesse um acordo com o Executivo e fosse proposto um outro valor, eles poderiam rejeitar o projeto, perguntou se tinham entendido, rejeitar o projeto e depois o Executivo encaminhasse um outro com a devida alteração, e que era por causa disso que eles pediram o pedido de vista, porque tinha essa possibilidade, por isso eles pediam o voto dos nobres Colegas favorável ao pedido de vistas, e eles pudessem estar conversando a respeito disso, como os doutores tinham falado ali, os advogados disseram, um valor intermediário poderia ser possível, e que havia tal possibilidade, e que eles adiaram, conversaram com o Executivo, com o Sindicato, com os advogados e se chegassem a um valor rejeitavam aquele projeto, e o Executivo encaminhava um outro, no mesmo sentido, com o valor que fosse acordado, e que ele achava que não tinha problema nenhum; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto dizendo que só para ressaltar o que o nobre Colega tinha falado, e que aquela semana, ele achava até importante para ter aquele diálogo com o Executivo, e conseguissem, e que eles nem precisariam votar contrário, mas ele retirar o projeto e entender que dava para chegar num valor, num denominador comum, que o servidor não saísse prejudicado e muito menos o Município; disse que aquele pedido de vistas era justamente aquilo, era para não rejeitar o que veio de lá e poder ter um diálogo posterior a isso; a seguir, pela ordem, o Sr. Presidente disse de fazer uma última colocação, e que no dia seis do oito ele foi lido na Casa, na primeira sessão ordinária do segundo semestre, pós recesso, e que o projeto entrou na Casa, dia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seis do oito, foi lido e no dia sete, já foi encaminhado para as Comissões Permanentes, o qual foi discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Redação e as demais Comissões que se faziam presentes, nem todos os Vereadores estavam naquela oportunidade, mas cria que todos tinham tomado conhecimento do projeto porque ele tramitou ali de uma maneira ordinária, de uma maneira regular, transparente, como todos os que passavam na Casa, e que nada tinha sido feito corrido, teve o caminho normal; a primeira votação tinha sido na semana anterior, e o Regimento dizia que tinha que votar duas vezes esse tipo de proposta, e por isso que naquele dia seria a segunda votação e naquele momento eles estavam discutindo o requerimento e que ele queria só passar bem o processo legislativo para tirar a dúvida de quem, às vezes, por ventura, não o conhecesse; pediu, mais uma vez, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo, só para ressaltar que, realmente, se fosse acatada aquele pedido de vistas, nada impedia deles fazerem aquela reunião o mais breve possível com o Executivo para chegar num valor que atendesse a todos os lados, e votarem ali, rapidamente, numa sessão extraordinária, o novo projeto e que ele podia fazer a retirada através de ofício, apresentando um outro projeto, e que ele achava que um valor intermediário, como foi proposto, achava que atenderia os anseios de todo mundo, e que eles não estariam aí e até fazia ali a sua culpa, também, disse ao Presidente porque na primeira sessão tinha entrado inúmeros projetos, e na discussão da semana anterior ou retrasada a respeito dos projetos existiam muitos projetos, e tinha ali a sua culpa, também, do projeto passar muito rápido na Comissão sem ter a devida análise da qual ele merecia, depois conversando com o nobre Vereador Luiz Carlos, eles começaram, na semana a analisar, e até achou que não fosse votar logo na primeira sessão posterior à análise deles, mas já estava para ser votado, realmente, porque já tinha sido analisado, mas ali ele assumia, também, a responsabilidade de não ter analisado o quanto deveria aquele projeto, mas também estava ali disposto a fazer com que aquele projeto fosse votado o mais rápido possível, e tivesse a compreensão deles com relação àquele ajuste de valores que eles acharam que era a saída melhor para tal situação e ali ele tinha certeza, e não queria falar além do líder do PTB, mas eles estavam ali dispostos a fazer isso o mais rápido possível para atender aos anseios da municipalidade. A seguir, em votação, foi o referido pedido de vistas rejeitado por sete votos contrários, sendo cinco favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. A seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 055/2019, do Executivo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Municipal, que dá nova redação ao caput, do art. 1º da Lei Municipal nº 1.482/2003, que define os procedimentos para pagamento de obrigações de pequeno valor, previstas no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que era muito triste ver não passar umas vistas e iria até esclarecer um pouquinho para a população porque eles tiveram uma reunião há pouco, onde os doutores puderam explanar muito bem o que estava acontecendo com aquele projeto de lei e que valia ressaltar que na primeira votação, votaram contrários, o Vereador Fred, Luiz Carlos de Campos, o Bozó, a Tais, ele e o Vereador José Muniz, votaram contra em primeira votação, por já não concordarem com aquele projeto apresentado; perguntou o que aquele projeto iria significar, e que iria até pedir licença ao doutor Luiz Gustavo, iria usar o exemplo dele, e que era para pensar, o servidor público, que por algum motivo não conseguisse exercer sua atividade, por motivo de saúde, algo que aconteceu com ele e o JaguarPrev não viu, o médico do JaguarPrev não verificou isso, e o colocou para trabalhar; o servidor entrava na Justiça para receber seus quatro ou cinco meses, que muitas vezes ele ficou afastado, e tendo que receber porque era o dinheiro do seu aluguel, era o dinheiro da alimentação da sua família, era o dinheiro e todo trabalhador que era digno e merecia receber; disse que, naquele momento, eles estavam simplesmente dizendo ali: “Servidor, ou você pega cinco mil reais e vai embora para sua casa, ou você entra lá no final da fila e recebe daqui cinco ou dez anos, quando o precatório chegar.” Disse que ninguém estava preocupado porque isso iria sair do Município, porque eles tinham ali um serviço assistencial que iria ter que atender essa família, sem contar que aquela bola de neve iria cair lá na frente, e que era mais um ato inconsequente da Administração; perguntou se todos se lembravam lá atrás, aquela discussão, se iria virar, se iria ser CLT, se iria virar Estatutário, pelo simples fato de ter que deixar o dinheiro em caixa para poder tampar os buracos daquele momento, e jogarem o problema lá para frente, e era o que eles estavam assistindo no hoje, simplesmente, estavam arremessando o problema para dali a alguns anos, “não sei se vou estar na cadeira lá!!!” Disse que era o que estavam pensando; quem iria estar lá na cadeira, não se sabia, e diziam de se resolver o momento, se eleger no ano que viria; o servidor público? Paciência, se aguardassem mais uma vez, como foi com o aumento, como estava sendo no dia a dia deles; disse que a grande maioria dos processos eram de servidores públicos, pessoas que trabalhavam, que atendiam à população, faziam dignamente o seu trabalho, e não estavam sendo respeitados nem um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pouco; disse que para eles terem uma ideia, e que teve tal informação há pouco, na União, o teto de pagamento era de sessenta mil reais, e confirmou com o doutor; o Estado, em torno dos vinte, vinte e dois, quarenta mil reais, e Jaguariúna, uma cidade que estava na contra mão do Estado, com aumento de Receita, talvez má gestão, e que o problema estava aí, eles estavam rebaixando para cinco mil reais; disse que era uma vergonha o que eles estavam fazendo ali, naquele dia, passando às pressas, porque não podia esperar quinze dias, por que será, perguntou; comentou que ouviu dizer, e só ouviu dizer, que houve pedalada fiscal lá em cima, e que não podia provar, mas a Casa iria começar a investigar, porque talvez a má gestão mostrava que se tinha que ter atitudes como essas, correndo, porque eles não iriam diminuir comissionados, porque eles não iriam cortar, e que eles tinham aprovado na Casa, e perguntou se o Sr. Luiz Carlos se lembrava, quando eles pediram que fosse criada uma nova Secretaria e eles mesmos pediram, a bancada do PTB pediu por achar necessário naquele momento e o acordo era que fossem cortados dois cargos de diretores para equiparar o salário, até aquele dia aquele cargo não for cortado, porque precisava empregar alguém porque a eleição estava chegando; disse que eles não fizeram palanque na semana anterior, simplesmente votaram contrários, porque iam chegar ali e falar que eles estavam fazendo palanque, e que não, não, eles estavam pensando na população, e que eles votaram quietos na semana anterior, e que votaram contrários àquilo porque era uma aberração para o Município de Jaguariúna, era uma vergonha, um município com quatrocentos e quarenta milhões de arrecadação, aumentando a cada ano sua arrecadação, e que sabiam que as previsões para os anos futuros era maravilhosa para a cidade, o que estava faltando era administração e gestão; pediu mais uma vez à Bancada do PTB, que votasse contrário àquele projeto de lei e que eles não tinham problema nenhum em se sentar, em discutir, em achar um denominador comum, que deixava tão bem a municipalidade quanto as pessoas que precisavam receber; pediu para pensarem que tinham um caso ali de uma árvore lá no Centro Cultural que caiu em cima do carro de uma munícipe, essa munícipe entrou com uma ação, ela valia vinte mil reais e não tinha seguro, e que aquela munícipe iria receber aquele valor na fila do precatório, só Deus sabia quando; uma cidade cheia de buracos, o carro caiu no buraco, danificou, saiu acima de cinco mil reais, iria sentar e iria esperar; disse que um desrespeito como aquele, ele como Líder do PTB, estava ali indignado com uma situação como aquela, e pediu mais uma vez um voto contrário em respeito à população e o servidor que trabalhava para a cidade; muito



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. José Muniz que cumprimentou a todos, novamente, e disse que iria falar o que tinha falado lá dentro, discordava de algumas coisas, e que a primeira pergunta que ele fez para os advogados lá dentro, que eles tinham processos de quinze, vinte anos que vinham se arrastando ao logo dos processos e, infelizmente, não tinha sido tomado nenhuma atitude, não foi tomado nada de ação e que ninguém pensou nos servidores, ninguém pensou, infelizmente, e que tinha “nego” que estava há dez, quinze anos para receber e agora, logicamente, cada um tinha seu modo de pensar, de agir, de falar, e que ele entrou ali para administrar, para ajudar a administrar, e que precisava por na balança, e que já tinha falado isso já há várias vezes lá atrás e iria falar, novamente; disse que sabia, que naquele dia, tinha sido pago um precatório de dois milhões e meio para os Guardas Municipais, que já estavam havia um bom tempo na Justiça, e que ele sabia que atitudes precipitadas podiam faltar lá na frente, podia faltar merenda, faltar remédio, faltar... e que entendia o lado dos funcionários públicos também, porque ele já tinha trabalhado como funcionário e sabia como funcionava, e, infelizmente, na semana anterior ele votou contra o projeto, como ele tinha falado com os doutores lá dentro, analisou, foi buscar informações do projeto e naquele dia ele iria votar a favor do projeto porque ele sabia da situação que o Município estava passando, estava vivendo, e que ele precisava, também, estar ali para governar por todos; disse que, naquele dia, seu voto iria ser a favor do projeto, infelizmente, e que sabia que não iria estar agradando a todo mundo, mas ele também precisava saber aquilo que ele estava votando, e que ele precisava pensar, também, num todo, como ele já tinha falado, e que era isso que ele queria estar falando ali, analisando tudo o que estava acontecendo, tudo o que o Município vinha vivendo, vinha passando, e que ele achava que eles tinham que prever dali para frente o que poderia estar acontecendo, futuramente, o que podia estar faltando lá na frente, e que, infelizmente, eles estavam ali no hoje, o Estado vinha sofrendo, o Brasil vinha sofrendo, e ele não podia chegar ali, simplesmente, achar que dava para estar fazendo isso daí, dar para estar votando contrário a isso daí, e sofrer lá na frente uma ação que eles não conseguiriam cumprir com os gastos do Município, e que era isso daí, e desejou boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que queria reiterar o que ele tinha dito na sessão anterior, e que também votou contrário, e que no hoje, esse valor mínimo era de trinta e nove mil, novecentos e vinte reais, que correspondia a quarenta salários mínimos, e pela legislação municipal, disse de supor da pessoa que tivesse um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pouco a mais que isso para receber, cinquenta, cinquenta e poucos mil, e ela tinha o direito de receber, podia entrar num acordo com a Prefeitura e receber, no caso, os trinta e nove mil, novecentos e vinte; disse que o valor que estava sendo proposto no projeto de lei, cinco mil, oitocentos e trinta e nove era muito pequeno, como os advogadas disseram ali, o Luiz Carlos, Presidente do Sindicato, também disse que o valor era muito baixo, e o importante seria se eles tivessem chegado num valor intermediário, foi confirmado ali que o Executivo não ouviu o Sindicato em relação àquele projeto de lei, e como o Fred disse eles conversaram ali meio por cima na reunião de Comissões quando foi lido, e aí eles foram pesquisar a respeito, pegar a legislação, cópia da legislação, que, aliás, quando entrava um projeto de lei na Câmara, citando determinada lei, a lei tinha que estar acompanhando a lei que estava alterando, e que isso não vinha acontecendo, também, e que era importante eles estarem falando isso; disse que quando a Prefeitura precisava receber o que o pessoal estava devendo, o pessoal não pagou, por alguma dificuldade, a Prefeitura encaminhou para a Casa o REFIS, a Câmara aprovou o REFIS, a Prefeitura procurava receber o dinheiro que o pessoal estava devendo, mas a hora que chegava no momento dela pagar ficava complicado e ficava empurrando para frente, empurrando com a barriga, e como o Zé tinha bem dito, coisas de treze anos atrás, era que a pessoa se achou no direito, que ela tinha direito em determinada coisa, o Executivo discordou e a pessoa entrou na Justiça e ela ganhou essa causa, e ela tinha o direito de receber, e que se era um negócio de dez anos atrás, agora iria ficar para vinte anos, iria empurrar sabia-se lá qual o Prefeito que iria estar pagando essa conta, e que achava que a Câmara estava perdendo a oportunidade, eles poderiam rejeitar aquele projeto, o Executivo poderia encaminhar mais um naquele sentido, mais um projeto de lei nesse sentido, com um valor condizente com os servidores, com o Sindicato, com os advogados, um valor acordado, e que achava importante eles estarem rejeitando; disse que as vistas, eles estariam conversando a respeito disso e que se eles aprovassem aquilo, tchau, já era, e que achava que ficava muito difícil estar alterando depois, mas que aquele valor cinco mil, oitocentos e trinta e nove e quarenta e cinco, como os advogados falaram, que representavam as partes, que ganharam a ação, e que agora aquele valor irrisório, iria acabar entrando no precatório, e como eles disseram, só Deus sabia quando eles iriam receber, e que era isso que ele queria dizer, agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, novamente, pedindo desculpas ao público porque ele vinha na tribuna porque ele ficava de costa



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para ele, e ele achava uma falta de educação, por isso ele vinha à frente; disse que os nobres Colegas tinham uma situação privilegiada na sua localização do que a dele, mas que ele tinha ficado pensando ali e pensou tanta besteira, disse a todos, e que eles não imaginavam o que passava na cabeça dele para falar ali, naquele dia, naquele momento, porque a função maior de um Parlamento era discutir, e que ele nunca viu, nunca viu em vinte e quatro anos de Câmara tamanha, como diria, perguntou, não era fidelidade...submissão, talvez, não sabia, não tinha arrumado o argumento ainda, porque não havia argumento para mudar o argumento dos nobres Colegas em qualquer situação; o pedido de vistas, era um pedido de vistas, um adiamento para eles poderem melhorar o projeto ou rejeitá-lo no momento oportuno e apresentar um novo projeto; comentou que o único que assumiu ali a culpa, que fez algo errado, foi ele, que não analisou o projeto e que achava que tinha sido o único ali, e que ele já votou contra da primeira vez, conversou com o Executivo naquele dia, deu sua opinião que eles precisavam ganhar um pouco mais de tempo, em virtude dos nobres Colegas não estarem sabendo o que estava acontecendo, em virtude dos nobres Colegas terem um impacto negativo na sua imagem política, mas tudo isso não valia a pena e que voltava a dizer que era que nem pregar no deserto, era a mesma coisa, e que ele precisava descobrir o termo ainda, e que ele nunca viu na Câmara ser assim, disse a todos, que nunca viu; “eu dei a palavra”, tudo bem dar a palavra, mas era para pensar um pouquinho, disse de refletirem, se sentarem com o Executivo, e que era função deles, de Vereadores, de discutir junto à sociedade, com todo mundo, o Prefeito tinha que matar um leão por dia, eles não, eles tinham que analisar (houve manifestações na assembleia com aplausos), era função do Prefeito exigir que o projeto tinha que ser votado o mais rápido possível, porque ele sabia o que estava acontecendo, mas eles tinham que ter o discernimento, dormir uma noite, pensar, dar essa resposta para a população; votou-se o projeto muito rapidamente, não tinha o impacto que eles imaginavam que poderia causar na sociedade, mas causou, e iria causar, como o David falou, as pessoas falaram, nas pessoas mais necessitadas que procuraram a Justiça para, realmente, esclarecer dúvidas, que como bem disse o nobre Vereador Zé Muniz, fazia, pelo menos uns dez anos, porque até dois mil e oito, eles não tinham nenhum precatório no Município de Jaguariúna, não tinham, foi entrar o Estatuto dos Servidores Públicos do Município degradingolou a situação judicial do Município, degradingolou, e culpa de quê, perguntou? De Vereadores, na época, que votaram um Estatuto em um dia, como eles estavam votando o projeto ali também, em um dia, quinhentas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

páginas e não discutiram se quer o projeto na Comissão como eles discutiram aquele; num dia, disse a todos, eles votaram o Estatuto, mudaram de CLT para Estatutário; disse que o País estava discutindo, repetiu, o País estava discutindo a mudança previdenciária e eles não estavam propondo, pelo contrário, estavam tirando direitos ainda, e que eles tinham que ampliar os direitos, melhorar a discussão dos projetos sempre, pelo contrário, eles estavam indo na conta-mão, por quê, perguntou; porque eles sabiam que existia situações financeiras no Município que precisavam ser resolvidas, e que eles falaram ali nas sessões passadas que estava faltando dinheiro para comprar um pneu, pneu de trator, e que achava que custava uns vinte mil reais, por isso tinha que abaixar para cinco o valor dos precatórios, e não era precatórios, era o valor dos pagamentos de pequena monta; disse mais uma vez, e que sabia que o projeto iria ser aprovado, mais uma vez ele estava pregando no deserto ali, mas era função deles, e voltava a dizer que se eles tivessem sido um pouquinho mais incisivos na discussão de reunião de Comissões, talvez eles conseguissem ter esse tempo maior de discussão do projeto e assumia ali sua culpa novamente, e que ele, pelo menos, foi o único que assumiu e sempre falou do seu voto ali e iria votar contrário ao projeto, não iria voltar atrás, porque ele achava que era injusto; perguntou, a seguir, o que os impediria deles chegarem junto ao Executivo, naquela semana, e dizer ao Prefeito: “Prefeito, cinco mil não dá, pode ser oito?” Disse que estava dando um exemplo, pelo menos eles discutiam, olhavam os dois lados, tentavam propor e que era função deles como Vereadores; disse que ele percebia ali que era uma queda de braço, uma queda de braço, repetiu, ninguém queria ceder, “iria votar agora, tem que ser agora”; no Whatsapp, mensagens: “vota não” e daí nem se discutia mais; disse que se imagina o negócio ali, o negócio já estava totalmente mudado lá dentro por Whatsapp, e que era impressionante, e que o nobre Neguita não ficou, porque ele ficou olhando o Neguita; a seguir disse que era impressionante, e que ele ficava envergonhado de ver situações como aquela, porque era função deles discutir naquela Casa, era função deles discutir, não podiam se submeter (houve manifestações na assembleia), disse que teve seu pai que foi Prefeito, que foi lá Prefeito durante cinco vezes e que ele foi Vereador com ele três vezes e em nenhum momento aconteceu isso na Câmara, ele impôs um negócio para eles, e que ele sempre defendeu ali que cada um tinha que fazer o seu papel e pensar como bem entendesse, e em todas as reuniões, das quais ele era Presidente, da Comissão, ele nem participava e deixava os Vereadores descerem o cacete na Administração e fazer o que eles bem entendessem, pensar em ficar à vontade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para decidir, porque quem iria sofrer as conseqüências eram eles, que davam a cara para a população no dia a dia, o Prefeito não; porque ele tinha que fazer aquilo lá, era função dele; disse que cabia a eles discutirem, era essa a função deles, pelo amor de Deus, não fechassem a questão em qualquer momento e discutirem todo mundo junto, e, entre outras coisas disse que era um pouquinho só de tempo, e nem isso eles conseguiram, nem isso eles conseguiram, um pouquinho mais de tempo para chegar na semana que viria ou na outra, o projeto iria estar aprovado, como iria estar naquele momento, não tinha dúvida disso, mas era uma pena num parlamento como aquele, eles não precisavam ficar subjugados, eles tinham que estar ali tranquilos, porque o compromisso maior deles era com a Administração, com o Poder Público na esfera geral, ouvindo todos os lados, e que era esse o compromisso deles, não era defender um lado partidário, enfim... e que ele sempre foi direita na sua vida, sempre foi direita, bateu e tinha os seus valores durante vinte e quatro anos escancarados na Casa, em todos os aspectos que foram discutidos naquela Nação, e não voltava atrás na sua opinião, mas era uma opinião sua, mas aquilo que podia refletir na vida das outras pessoas, ele precisava pensar bem, e discutir com todo mundo no Parlamento, a maioria sempre ia vencer, mas tinha que ser discutido e voltava a dizer que ele se equivocou e que deveria ter se atentado, dedicado mais tempo àquele projeto de lei, enfim, mas voltava a dizer que o único que tinha assumido a culpa ali tinha sido ele, e ele era contra o projeto e pelo jeito ficava tudo isso aí, palavras iam ao vento e nada acontecia; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que solicitou ao Sr. Presidente se ele poderia suspender a sessão, só para eles estarem conversando com o Jurídico, se tinha mais alguma possibilidade; o Sr. Presidente suspendeu a sessão para esclarecimentos; decorrido prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão, onde dos Srs. David Hilário Neto, Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves foi apresentado requerimento, com fundamento no art. 230 combinado com o artigo 244 e seus parágrafos, do Regimento Interno, solicitando adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei nº 055/2019, prazo determinado até a próxima Sessão Ordinária; em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que ouvindo as palavras do nobre Vereador Alfredo Chiavegato Neto, e que eles sabiam que o Regimento Interno dava essa possibilidade para que eles pudessem discutir e o que ele estava pedindo ali, um pouco mais de diálogo, uma discussão dos Vereadores com relação àquele assunto, por isso eles resolveram estar apresentando esse requerimento que pedia o adiamento só por uma sessão, e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que eles poderiam estar votando na próxima sessão, era que se eles aprovassem aquele projeto, não tinha como eles voltarem atrás, e que se eles conversarem podia ser que entrasse num acordo com valor intermediário, e que era a oportunidade que eles tinham de estar dialogando, conversando, porque se aprovasse o projeto não teria mais jeito, o Prefeito iria sancionar e iria promulgar, e iria acabar virando lei, aí ficava complicado; disse que era uma oportunidade que eles tinham, novamente, de diálogo, se eles aprovassem aquele requerimento de adiamento da votação; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, e que queria pedir a sensibilidade dos nobres Pares para tentarem adiar isso daí, jogar aquela discussão um pouquinho mais para a frente, tinha ali a responsabilidade dele de se votar aquele projeto o quanto mais rápido possível, e o que ela estava pedindo aos nobres Pares era que eles pudessem chegar e sensibilizar o Executivo, da mesma forma que ele apresentou cinco ou seis mil reais, porque, ali na conversa deles, foi apresentado um número de vinte mil reais, mas se eles chegassem a quinze, dez, pelo menos eles teriam ali a satisfação de dizer que eles lutaram para conquistar algo a mais, e que era isso que ele estava querendo dizer a todos, e comentou que era engraçado que antigamente, e antigamente, não, falavam até no hoje, quem era o coronel era o seu pai; seu pai que era o coronel que impunha tudo, e exclamou, que ele nunca tinha visto um negócio desse, eles não conseguiam discutir e colocar um pouquinho para frente, enfim; disse que ele sabia que a Administração precisava do projeto, sabia que tinha que rever aqueles valores, e voltou a dizer que tinha conversado com a Administração naquele dia, e que a Administração o respeitava porque ele sempre teve posicionamento frente aos problemas da Administração, e os encarava com seriedade; disse que, em nenhum momento ele deixou de analisar um pedido da própria administração, como lhe pediram, realmente, a respeito daquele projeto e analisava com carinho, mas se era quarenta, qual era o argumento para chegar a cinco, perguntou; disse que não tinha argumento, e que podiam chegar ao meio termo, e que era só isso que eles estavam pedindo, a sensibilidade dos nobres Pares de que, voltava a dizer, que ele cometeu um equívoco, passou por ele o projeto batido, senão ele estaria discutindo, como ele estava discutindo ali, talvez um pouco mais acalorado por, realmente, saber que ele errou; disse que pedia a sensibilidade dos nobres Pares para que eles adiassem mais um pouquinho, e perguntou se teria alguém que iria receber naqueles dias, dali para o final do mês, e que ele acreditava que não, mas mesmo que tivesse, disse de beneficiarem esses últimos que tinham que receber



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

até o final do mês, enfim, pediu que adiassem, e que na próxima sessão estariam discutindo aquele projeto, talvez tivessem ali um contra ponto, e que pudessem agradar a todo mundo, e voltou a dizer que era função dele, como Parlamento, principalmente, reconhecer quando eles estavam acelerando um processo, como o nobre Presidente tinha dito, o projeto entrou dia seis do oito e, em nenhum momento teve, naquela Casa, uma conduta deles segurarem, disse ao Presidente, pelo contrário, só que eles sempre aceleraram os processos ali, nunca foram de discutir, só que aquele, realmente, entre uma votação e outra aconteceu isso, e foi, infelizmente, naquele momento, que como o Presidente mesmo disse, eles não tinham como apresentar emenda, e que era sensibilizar, se conseguissem, retirar o projeto e apresentar outro na próxima sessão e eles votarem em regime de urgência; disse que era isso que ele pedia para os nobres Pares, e eles estavam tentando mais uma vez como o pedido de vistas não foi aprovado, sensibilizar, principalmente, o seu colega de bancada, nobre Vereador José Muniz, na sessão passada, e o Vereador José Muniz pediu um aparte, e o Sr. Alfredo Chiavegato lhe concedeu, dizendo que discussão do projeto era concedido o aparte; o Sr. José Muniz cumprimentou a todos, novamente, dizendo ao Fred, que ele sabia que ele era reto nos assuntos dele, e o Vereador Alfredo disse que sempre; o Sr. José Muniz perguntou, então, porque que eles já tinham tido aquele diálogo já durante a semana, porque esperaram chegar ali para eles chegarem, adiarem, fazer palanque, brigar, discutir, e perguntou por que eles não tinham discutido aquilo antes, não se sentaram lá com o Prefeito, com o Executivo, e todo mundo junto, todos os Vereadores juntos, onde estavam os Vereadores, perguntou, e diante de manifestação na assembleia, disse que agora que percebeu, não, e que agora era fácil ali, e diante das manifestações, disse que concordava com eles e que já tinha falado que ele não estava ali para ferrar ninguém, mas queria saber porque não tinham conversado antes; diante de mais manifestações na assembleia, ele disse que ali era fácil, eles tinham que conversar isso antes, ele concordava, e dava para ganhar mais uma semana, disse de ganharem mais uma semana, mas eles tinham que já ter conversado isso, e perguntou se eles não concordavam com ele, porque daí eles já tinham sentado, conversado, analisado, e ainda diante de manifestações, disse que aquele era o grande problema, e que chegar e ficar falando era fácil, e já que eles estavam ali para ver o funcionário público, para ver o povão, porque eles não conversavam antes, se sentavam, viam o que era bom e o que era ruim e discutiam; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse ao Vereador que ele só estava pedindo um pouquinho mais de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tempo, e que era isso que ele estava pedindo e que não estava pedindo para o Vereador votar favorável ou contrário ao projeto de forma alguma; o Sr. José Muniz disse que ele concordava com ele, e o Sr. Alfredo continuou dizendo que ninguém tinha conversado; houve grande manifestação na assembleia; o Sr. José Muniz disse que eles já deviam ter conversado, realmente, visto que era bom para a população, visto que era bom do projeto, o que dava para a analisar, o que dava para melhorar e ter discutido; houve manifestação na assembleia; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse, diante da manifestação, que não se podia usar a palavra pessoas da assembleia, naquele momento, e continuou dizendo ao Vereador que ele, Alfredo, tinha a certeza que se ele desse um voto favorável e o projeto fosse para o Presidente votar, ele tinha certeza que ele iria adiar porque ele conhecia a situação, ele tinha certeza disso, e que eles precisavam de um voto e que ele tinha certeza que o Presidente iria adiar aquela votação para eles discutirem aquilo ali, porque ele era da área jurídica, ele tinha clientes que geralmente trabalhavam, também, e precisavam, e tinha os colegas que estavam defendendo isso; disse que era uma questão e que ele nem estava pedindo para o Vereador votar favorável ou contrário ao Projeto, ele não estava discutindo o projeto, estava discutindo o adiamento e isso eles poderiam discutir, se eles vissem que não iria ter, numa extraordinária tranquilamente, e ainda a assembleia se manifestava, e o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que numa extraordinária não iria dar, porque eles iriam ter que votar numa próxima sessão ordinária, e que o requerimento de adiamento era esse; e que ele estava pedindo um voto para adiar, só isso; o Sr. Presidente solicitou a gentileza que não houvessem manifestações na assembleia, por gentileza, embora ainda continuassem as manifestações; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, mas em meio à grande manifestações na assembleia, o Sr. Presidente pediu, mais uma vez, a gentileza, o silêncio das pessoas presentes, por favor e agradeceu, e disse que a pessoa não podia falar, e pediu, outra vez, para que a assembleia mantivesse o silêncio; a assembleia continuava a fazer grande manifestação e o Sr. Presidente pediu a gentileza de se fazer silêncio; a seguir, usou, então, a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse de reiterar o pedido aos nobres Vereadores e que era a oportunidade que eles tinham deles estarem conversando mais um pouquinho, e que esperar quinze ou vinte dias não iria atrapalhar em nada, e que era a possibilidade que eles tinham, porque se eles votassem e aprovassem o projeto, aí acabou; mas se eles adiassem, poderiam chegar num número que agradasse os dois lados, o Executivo e a grande parte de servidores... e havendo manifestação na assembleia, o Vereador



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que era isso que eles estavam pedindo, e que o Fred tinha sido claro, e que eles não estavam pedindo para votar contra, mas para adiar uma sessão só, e que eles estavam conversando, e que era isso que eles estavam pedindo (a assembleia continuava a se manifestar); a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que disse que só valia ressaltar, também, disse ao nobre Colega, era a questão que aquele recurso, eles estavam tirando de quem mais precisava, e que não estavam falando de precatório de cem, duzentos, trezentos, quatrocentos mil reais, estavam falando daquela pessoa que trabalhou o mês todo, muitas vezes, e não conseguia receber os três meses de salário e que achava que situações como aquela, era inadmissível, pedir o mínimo de respeito era aprovar aquelas vistas, o adiamento, pediu desculpas, e ele pediu à bancada que pudesse fechar a questão a favor do adiamento, porque iria conseguir entrar numa única sessão, e eles se comprometiam em votar o quanto antes e fazer a modificação necessária; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que sugeriu tomarem uma água e conversar um pouco mais ali, a respeito do assunto, e que ele era favorável ao projeto, mas às vezes, e que não sabia se era possível suspender a sessão por alguns minutos; a seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por alguns instantes; decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente solicitou aos Vereadores que retornassem ao Plenário e reabriu a sessão, dando continuidade à discussão do requerimento de adiamento; o Sr. Presidente, pela ordem, disse que, como citado pelo nobre Vereador Alfredo Chiavegato e os demais que discutiam aquele projeto, achava que era importante todos entenderem, também, que eles levaram à exaustão aquela discussão desde que eles foram procurados na sexta-feira pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais, rapidamente responderam o pedido, tiveram uma reunião na segunda-feira com os membros da Mesa, discutindo aquela proposta; disse que se incumbiram de levar aquela discussão de adiamento ou qualquer outra medida para o Executivo e assim fizeram naquele dia pela manhã; disse que como ele tinha falado no início, a matéria não iria mudar, e ficou muito claro isso no Executivo que a matéria não mudaria; ficou muito claro que a necessidade obrigava àquele tipo de proposta; disse que aquela discussão, também, aconteceu ali, naquele dia, antes do início da sessão, ou melhor no intervalo da sessão com os nobres Vereadores, os advogados que estavam presentes e os representantes do Sindicato, e que diante de todas essas discussões que eles fizeram, pelo que eles viam, poderia ser que houvesse uma mudança de posicionamento, e que a votação, acreditava que iria ter naquele dia, sim; disse que queria deixar aquilo muito claro a todos, aí era de livre

C



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

convencimento como ele tinha falado, no dia anterior, ao Doutor Jamir, ao nobre Presidente do Sindicato que era matéria de livre convencimento do voto de cada um para a propositura, e que naquele momento ele iria colocar em votação o requerimento de adiamento, e que ele tinha o modelo pronto, inclusive, pedindo adiamento, e que ele tinha pedido para desfazê-lo e que eles aproveitaram o mesmo requerimento que estava no Jurídico, que foi o anterior, mas a matéria iria ser deliberada naquele dia, sim, e cada um responderia pelo seu voto. A seguir, em votação o requerimento de adiamento, o mesmo obteve o seguinte resultado: seis votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, e Taís Camellini Esteves e seis contrários dos Srs. Afonso Lopes da Silva, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva. Havendo empate na votação, o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “4” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, IV da Lei Orgânica do Município, sendo que o mesmo foi contrário ao referido requerimento (houve manifestações na assembleia). Sendo assim, o requerimento dos Srs. David Hilário Neto, Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves, de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 055/2019, foi rejeitado por sete votos contrários, sendo seis favoráveis. A seguir em discussão e votação o Projeto de Lei nº 055/2019, do Executivo Municipal, que dá nova redação ao caput, do art. 1º da Lei Municipal nº 1.482/2003, que define os procedimentos para pagamento de obrigações de pequeno valor, previstas no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, foi o mesmo aprovado por oito votos favoráveis, sendo quatro contrários dos Srs. David Hilário Neto, Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. 2 Projeto de Lei nº 056/2019, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de veículo à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna (APAE) (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.). Em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 049/2019, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art 50, § 1º, XI do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Turismo. A seguir, da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação foi apresentada a seguinte Emenda: altera os incisos XV e XVIII do art. 3º do referido projeto, vigendo com a seguinte redação: “Art. 3º (...) XV – elaborar o Calendário Turístico do Município, respeitado o Calendário Oficial de Eventos do Município. ... XVIII – decidir sobre a aprovação dos projetos que serão encaminhados para o DADETUR (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos), conforme a Lei Complementar Estadual nº 1.261/2015 e Lei Estadual nº 16.283/2016”. Em discussão e votação a Emenda foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em discussão e votação o Projeto de Lei nº 049/2019, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 2. Projeto de Lei nº 054/2019, do Executivo Municipal, que altera a Lei Municipal nº 1.239/1999, que dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art 50, § 1º, XI do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. Em discussão e votação o Projeto foi aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 059/2019, do Sr. José Muniz, que cria o “Programa Empresa Amiga da Escola”, no Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. A seguir, da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação foi apresentada a seguinte Emenda: Art. 1º Altera o caput e revoga os §§1º e 2º do artigo 3º do projeto de Lei nº 059/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 3º A empresa poderá escolher, ao seu critério, instituição de ensino que deverá receber a doação. §1º Revogado. §2º Revogado.” Art. 2º Altera o caput e o §2º do artigo 4º do projeto de Lei nº 059/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 4º As pessoas jurídicas que firmarem termos de doação ou acordos de cooperação no âmbito do Programa de que trata esta Lei disporão de espaços para exposição de seu nome por meio de placas afixadas, pelo período de 01 (um) ano. §1º (...) §2º O espaço para exposição não poderá veicular anúncio de fornecedores de produtos ou serviços impróprios ou inadequados a crianças e adolescentes, tais como bebidas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

alcoólicas, tabacos, armas, munições, casas de jogos e congêneres, instituições religiosas ou igrejas; devendo respeitar os valores éticos, morais e sociais da pessoa, da família e da escola.” Em discussão e votação a Emenda foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Em discussão e votação o Projeto de Lei nº 059/2019, do Sr. José Muniz, que cria o “Programa Empresa Amiga da Escola”, no Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 061/2019, do Sr. Afonso Lopes da Silva, que torna obrigatória a divulgação, das vagas de emprego abertas no Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) do Município, às empresas situadas em Jaguariúna (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes. Em discussão, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que, depois de cumprimentar a todos, pediu o apoio dos nobres Colegas ao projeto, dizendo que, na verdade, aquele projeto era um projeto muito simples, e que tinha uma realidade em Jaguariúna, que algumas empresas trabalhavam com agências de empregos, inclusive para fazer o processo seletivo, fazer todas as contratações para as devidas empresas, e aquelas agências, muitas não estavam localizadas no Município de Jaguariúna, e a grande maioria estava localizada em Campinas, outras em Artur Nogueira, e na hora em que tinham vagas, aquelas vagas eram repassadas no PAT, então, ele apresentou aquele projeto de lei para que as empresas divulgassem suas vagas no PAT e, com certeza, o cidadão ficaria sabendo daquelas vagas e poderia concorrer, poderia participar do processo seletivo daquelas empresas, para ter a oportunidade de, a partir do PAT, serem encaminhadas para aquelas agencias de empregos e, infelizmente não estavam no Município, e uma vez que o desemprego estava muito grande, e que eles estavam acompanhando a situação com o desemprego e, de certa forma, tinham de tomar algumas iniciativas para que pudessem levar mais empregos para a cidade, e o País estava se desenvolvendo, crescendo e estavam chegando lá e, sem dúvida alguma, eles iriam conseguir com que ficassem como o que eles viram em alguns tempos em Jaguariúna, onde eles tinham excesso de vagas, tinham empregos, então, aquela de certa forma era para que o cidadão de Jaguariúna fossem tratados de forma digna, principalmente na questão do emprego, então, ele agradecia e pedia o apoio de todos ao projeto de lei. Em votação o Projeto de Lei nº 061/2019, do Sr. Afonso Lopes da Silva, que torna obrigatória a divulgação, das vagas de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

emprego abertas no Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) do Município, às empresas situadas em Jaguariúna, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato: pela ordem, faria uso da palavra a Sra. Cássia Murer Montagner, que a passou; fez uso da palavra o Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo que, primeiramente, passou a presidência dos trabalhos da Mesa à Sra. Vice-Presidente, Cássia Murer Montagner; a seguir, cumprimentou a todos e disse que ele confessava a todos que ele estava lá refletindo porque na semana passada ele não pôde fazer uso da palavra porque ele estava inscrito em livro e pensando se ele iria fazer uso dela naquele dia ou não e optou por fazer; falou que viviam algumas mudanças no País significativas, importantes, a exemplo do que a economia passava, também passava a política, e naquela noite, naquela Casa, eles discutiam um projeto importante, difícil e se alguém pensou que seria fácil ser Vereador, administrar a cidade, se enganou, porque o dia em que se candidatavam para poder ir lá defender os interesses coletivos, tinham de pensar exatamente na maioria e era óbvio que toda decisão agradava e desagradava e se alguém pensava o contrário, também, não entrasse na política, e quem pensava em ser candidato, que pensasse tudo aquilo antes do próximo ano se candidatar e ele ia mais além, dizendo que para se candidatar para o Legislativo tinha de ter coragem de discutir, como estava sendo feito lá naquele momento, era o livre convencimento e aquilo era papel democrático, não estava nada fora do normal discutir idéias, com o respeito que foi tomado, mas cada um lá defendeu o seu lado, o que acreditava ser melhor, então, se eles tinham medo de fazer aquilo estava no lugar errado, não era lá, e também adiar a votação, estava no lugar errado, já sabia o que iria votar, já sabia o convencimento do que tinha, o Fred foi feliz no que colocou; disse ao Fred que ele achava que ele não tinha pregado no deserto, porque sempre tudo o que eles falavam servia para alguém, então, poderia ser que não tinha servido para quem ele queria, mas outras pessoas entenderam e aquele era o papel do Vereador; eles foram lá deixando família, deixando todo mundo para eles discutirem idéias, mas não dava para ficar em cima do muro, não dava para não ter lado, ou tinha, ou não tinha, ou estava a favor, ou estava contra, porque projeto era aquilo, lei era aquilo, não dava para ficarem lá pipocando; lembrou a todos que quando ele assumiu a presidência disseram para ele que ele era louco, os dois últimos anos para ser Presidente era loucura; lembrou que o Fred já foi, o Bozó foi também e não era fácil, só que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

eles tinham de decidir e, naquela noite, ele votou, ele decidiu para que o Plenário decidisse a lei, mas o que não dava era, em ano pré eleitoral, era fazer da tribuna um palanque, porque quando eles iam lá, eles tinham de ter convicção do que falavam e do que faziam e tudo o que eles falavam e faziam tinham consequências e tinham de assumir, não dava para ser covardes, tinha de ir lá e assumir, e no próximo ano, quando entrassem no período eleitoral, quando fossem no palanque, fizessem o que achassem melhor, prometessem o que não iriam cumprir, falassem o que não iriam fazer, dessem milagres para resolver todos os problemas do mundo, mas que fossem lá e tivessem coragem para votar e fossem lá e tivessem coragem de legislar, tinha que ter coragem para ser prefeito, tinha de ter coragem para ir lá e comandar uma cidade com cinquenta e seis mil pessoas, que tinha problema na Educação, na Saúde, na Segurança Pública, no buraco da rua, tinha de ter coragem para ser Presidente da República; comentou que o Bolsonaro não foi eleito simplesmente para sentar lá porque ele falou “A” contra “B”, ele foi lá porque ele tinha de governar a Nação, em quem votou nele e quem não votou, quem concordava com ele, quem não concordava, quem era de esquerda, quem era de direita, ele era o Presidente; o Governador a mesma coisa, ou seja, todos eles sabiam da missão que estavam e era claro que não estava sendo fácil Governar o País, era óbvio que não estava sendo fácil governar uma cidade e não estava sendo fácil ser Vereador na Câmara de Jaguariúna e quem achou que seria se enganou, então, quando eles discutiam democraticamente aquele processo, ele queria deixar muito claro que eles tinham de saber mesmo qual era o lado, porque eles não estavam contra o advogado, o servidor público, não era aquilo que foi discutido lá e se o projeto não tinha magnitude, aquela Casa errou e o Fred fez muito bem dizendo que era culpa dele, e ele assumia a culpa dele também, porque aquela Casa tinha de ter discutido melhor as condições e que errou, mas não adiantava jogar tudo para aquele dia a lá querer ficar em brancas nuvens, ficar bem, fazer a média com todo mundo, e se eles erraram, eles tinham de fazer a culpa sim, e projetos tinham de ser sugeridos, porque não? Disse que ele não escutou ninguém lá falar que iria propor para o Executivo revogar aquela lei, que iria propor para o Executivo rever aquela lei, ele só viu gente falar que iria pressionar o Executivo, e que naquele dia na reunião que tiveram com ele, foi muito claro, não mudava, não alterava, iria ser aquilo mesmo, então, por que postergar? Por que adiar? E ele queria ver nas próximas sessões requerimentos, indicações falando para o senhor Prefeito que cinco mil e oitocentos era pouco, e por que ele não passava para dez, vinte? Convidando-o para fazer um estudo e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ele queria ver quem iria pedir lá uma audiência pública para discutir aquele assunto, para eles discutirem com o Executivo depois, e aquilo era medida legislativa, não bla, bla, bla; pediu desculpas pelo desabafo mas, na condição de Presidente da Casa, ele tinha um compromisso com Jaguariúna até dois mil e vinte, e aquele era o compromisso dele assumido lá em dois mil e dezesseis e ele o iniciou, em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete e ele iria honrá-lo até o final, de lá para a frente ele não sabia, e nenhum dos senhores que estavam presentes sabia e ninguém que o estava acompanhando também sabia, e a continuidade era fruto do trabalho, então, ele deixava lá a manifestação dele; falou que na semana anterior era um outro assunto que ele achava que aquele momento não cabia, mas ele tinha de falar aquilo e expressar o que ele sentia, porque se tinha uma coisa que ele nunca foi na vida dele era ser covarde, ele sempre teve lado e assumia o lado que ele estava; agradeceu a todos; a seguir, a senhora Vice Presidente, Cássia Murer Montganer, devolveu a presidência dos trabalhos da Mesa ao senhor Presidente; em seguida, fez uso da palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que, depois de novamente cumprimentar os presentes, disse que ele se inscreveu e na semana passada ele também estava inscrito, mas não houve tempo, estourou aquele tempo e ele não teve a oportunidade de estar falando lá e teve um veto lá, um projeto de lei e votando no veto, ele acabou votando, sim, e onze Vereadores votaram não e ele iria justificar o porquê, e se tinha uma coisa que ele respeitava na Câmara era o Jurídico da Casa, e ele não estava falando que eles estavam errados por não estarem seguindo a orientação do Jurídico, e ele votou sim, porque tinha um parecer do Jurídico falando da questão do veto, o veto estava adequado e legal, por isso que ele votou, e tinham vários questionamentos de alguns Vereadores em cima, mas a justificativa do Jurídico da Casa, a doutora Adriana e a Lívia que fazia parte do Jurídico; disse que ele não queria falar as palavras do Waltinho mas, eles poderiam ter mil divergências na Casa mas, uma coisa que eles tinham de aprender era respeitar, e naquela noite ele estava saindo com a convicção, em relação ao nobre Vereador Alfredo Chiavegato Neto, dele ter ido lá com toda a bagagem que ele tinha, de ser Vereador durante todo aquele período lá, de estar indo lá e falar que, de certa forma, quando passou nas Comissões ele deveria ter discutido mais, ter ido atrás, ele reconheceu aquilo e ele achava que eram as pequenas atitudes que engrandeciam as pessoas, e ele queria deixar aquele registro lá em relação ao nobre colega Fred e dizer que eles poderiam ter divergências mas, eles tinham de estar reconhecendo e estar enobrecendo as pessoas, e ele achava que o espaço lá era para aquilo, como o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Waltinho falou, era de discussão e de reconhecer a grandeza das pessoas com relação àquele projeto, e ele ficou muito admirado com a atitude do Fred de estar indo lá e falar que tinha de ter discutido quando passou nas Comissões e que aquela oportunidade tinha passado; parabenizou o Fred pela atitude; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que, mais uma vez, cumprimentou a todos dizendo que ele gostaria, primeiramente, de se dirigir aos nobres Pares que como bem foi dito lá, ele achava que a função deles do Parlamento era tentar discutir, tentar, de uma certa forma, propor que as idéias deles prevalecessem e, infelizmente, quando aquilo não acontecia, eles tinham de respeitar democraticamente o processo e aceitar aquilo que foi decidido, então, ele gostaria lá de pedir, se de alguma forma ele ofendeu alguém ou se exaltou, ele pediu desculpas a todos e disse que ele queria, realmente, engrandecer o debate e melhorar sempre as discussões no Plenário; agradeceu ao Silva pelas palavras dele e disse que ele, a partir do momento que ele assumia um cargo no Legislativo, ele tinha a certeza de que ele aprendeu muito ao longo dos anos, aprendeu sentindo na pele, várias decisões tomadas lá que depois viu que acabaram se equivocando; falou que tinham de ter aquele exame de consciência de não ter sido feito o melhor; falou que ele, como Vereador daquela Casa, ele iria ser franco ao nobre Presidente Waltinho, que muitos sabiam da afinidade dele com administrações passadas, mas além daquilo, ele tentou de todas as formas ser o mais imparcial possível, mesmo quando foi Presidente daquela Casa e ele tentou ser o juiz da Casa, defender sempre os interesses dela, principalmente deles, Vereadores, se tinha alguém que defendia aquela Casa e falava sempre bem dela e o fez quando foi Presidente da Câmara, ele tinha coragem e hombridade de dizer que aquilo ele fez, ele achava que ele dignificou o cargo de Presidente como o nobre Presidente e, a partir do momento em que ele foi eleito, ele poderia ter a certeza de que ele nunca teve um lado, ele sempre teve o lado de Jaguariúna, com as suas convicções, sempre deixou a esfera política de lado, ele duvidava lá que tinha uma discussão com cunho político, pelo contrário, ele voltava a dizer que, às vezes, ele tentava impor a opinião dele de achar que alguém estava errado e, às vezes, não tinha aquele reconhecimento e não prevalecia os interesses dele; disse que ele acreditou que o nobre Presidente tinha a mesma opinião que eles, se ele iria dar um tempo para a discussão do projeto, por isso que ele lutou tanto pela questão do adiamento, e ele imaginou aquilo pelo passado dele de funcionário público, pela questão dele ser um advogado e conhecedor da legislação e ele achou que se tivessem a oportunidade de adiar, ele acreditou que talvez o nobre Presidente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

fosse votar junto mas, infelizmente, ele respeitava a opinião, ele achava que tinha de ser daquela forma mesmo, mas de nenhuma maneira foi pensando naquela questão dele ter um lado, ele não questionou aquilo, ele imaginou a possibilidade do nobre Vereador ter se sensibilizado com a opinião deles, era aquilo, e ele voltava a insistir que lá eles mexiam em um direito de que já havia sido estabelecido em dois mil e três, e ele nunca votou lá e ele não se lembrava direito de ter tirado direitos de algum cidadão, ele não se lembrava daquilo, principalmente, de funcionário público, muito pelo contrário, se teve alguém que votou contra o estatuto, que brigou, que aquilo poderia levar muitas implicações futuras, foi ele, sendo que o Estatuto foi aprovado de um jeito, em um dia, um mês depois, eles tiraram direitos, foi votado um outro projeto que estava equivocado no texto original e eles tiraram o direito e ele votou contra de novo, então, ele queria dizer que eles tinham de tirar aquela questão dos, e o que ele, às vezes, percebia e ele até fazia lá uma brincadeira ao trio de ferro da Mesa, que ele acreditava que se os nobres Vereadores, principalmente o Silva, a Cássia e o Waltinho que se, naquele momento em que eles estavam conversando lá, se tivesse dado a opinião que eles estavam lá com quase todo mundo aceitando, ele acreditava que seria unânime eles terem adiado um pouquinho a discussão daquele projeto e os nobres Pares, os nobres Colegas da Mesa não pensaram daquela forma, de dar uma oportunidade ao Plenário daquela Casa de discutir um pouco mais o projeto e, em virtude daquilo, porque aquela não seria a primeira vez, teriam outras e ele pediria aos nobres Pares que, realmente, reconhecesse que era função deles, eles estavam tentando discutir, eles estavam tentando induzir a votação, porque daí já não tinha mais o que fazer, depois que ela foi editada e virado lei, mudar a opinião e a votação de cada um, e o que eles estavam tentando era sensibilizar a Administração, mas como o Presidente disse que ele não o faria, mas quem sabia que eles levassem uma boa argumentação, um número plausível, quem sabia ele pudesse acatar, mas enfim, ele esperava que daquilo eles aprendessem ainda mais, e ele estava falando de uma forma, brincado com os nobres Pares no sentido de que eles, a Mesa, representavam a Câmara e ela tinha aquele papel principal de levar ainda mais o anseio do Plenário, levar em consideração, e eles perceberam que se alguém da Mesa se sensibilizasse naquele momento, ele acreditava que seria unânime o adiamento e enfim, depois eles votariam lá; disse que o problema era que o processo passou muito rápido, eles erraram, ele errou, ele acreditava que a Câmara também errou no sentido de ter aprovado o projeto, na opinião dele, e ele aceitava também que ele foi voto vencido, o projeto existia e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seria sancionado, mas ele voltava a dizer que ele também tinha um lado e o lado dele sempre foi Jaguariúna, não importava quem estivesse na cadeira lá do Executivo, não importava, sempre foi franco com todo mundo, sempre foi uma pessoa que falou, se posicionou na maioria dos problemas do Município, questionava, realmente, faria o que o nobre Presidente falou, na próxima sessão iria apresentar um requerimento solicitando ao Prefeito que estudasse melhor aquele valor, se possível mandasse uma nova legislação, só alterando aquele valor, ou acatassem aquele posicionamento, se fossem questões trabalhistas, ter um privilégio maior, fora aquelas que eram questões trabalhistas, enfim, para aprimorar ainda mais os entendimentos de várias matérias que ele não era obrigado a conhecer, ele não tinha o conhecimento, independente de prazo que estava na Casa e ele tinha a certeza de que muitos colegas não tinham, mas ele esperava e ele tinha a certeza de que só a vida mesmo iria os ensinando, e ele poderia ter a certeza de que ele aprendeu em todo aquele período de Vereador, era que eles se sentassem e discutissem em uma mesa até a exaustão toda a matéria que fosse passada à ela e, naquele momento, em que estavam discutindo depois do recesso, tinham inúmeros processos na Casa, tinham vinte e dois e aquele, realmente, passou; disse que, na verdade ele acreditou que era uma alteração na Constituição Federal, em virtude daquilo que foi apresentado no ofício, que tinha de mudar, mas que ficaria livre a critério da Prefeitura acertar os parâmetros que fossem necessários, e ele imaginou aquilo, depois o nobre Vereador Luiz Carlos os alertou, mas enfim, o projeto já tinha ido e eles tinham de sensibilizar o Executivo através de requerimentos e indicações se ele poderia mandar um novo projeto para eles poderem ajustar aquela demanda por parte da Justiça mas, em nenhum momento, ele quis atacar qualquer pessoa, o nobre Presidente, o Silva, que era uma pessoa que ele tinha muito respeito, ele aprendeu a admirá-lo, ele era uma pessoa de uma humildade ímpar, sinceramente mas, às vezes, eles fechavam uma questão lá, então, ele ficava pensando que não era possível, mas ele entendia também o posicionamento do senhor Silva, ele achava que ele estava correto, era o trabalho dele fazer aquilo e ele fazia fielmente e ele ficaria muito honrado de ter pessoas como ele ao lado dele com aquela conduta, sendo fiel daquela forma, não só ele como a Cássia também, mas, naquele momento, se os nobres Pares tivessem dado uma titubeada, eles teriam adiado aquele projeto, mas enfim, valeu, cada dia, mas estavam aprendendo e valia como aprendizado para discussões futuras. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia três de setembro de dois mil

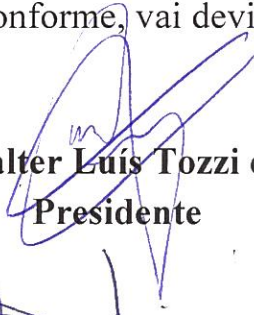




Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e dezenove, terça-feira, com início determinado para as dezoito e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.


Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo
Presidente


Vereadora Cássia Murer Montagner
Vice Presidente


Vereador Afonso Lopes da Silva
Primeiro Secretário


Vereador Cristiano José Cecon
Segundo Secretário